

PREFEITURA UNIVERSITARIA DA UFPB

Estudo Técnico Preliminar 5/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 23074.016977/2026-95

2. Descrição da necessidade

2.1. Na oferta de ensino público e de qualidade socialmente referenciada, a Universidade Federal da Paraíba, através do seu Comitê de Inclusão e Acessibilidade – CIA, vem procurando não apenas estabelecer a Política de Inclusão e Acessibilidade, mas também promover a inclusão social por meio da oferta de cursos e ações institucionais que contemplem a diversidade em todas as suas faces.

2.2. Busca-se atender a diversos dispositivos legais vigentes, como a Lei Nº 10.098, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Em seu CAPÍTULO VII - Da Acessibilidade nos Sistemas de Comunicação e Sinalização, esta Lei preconiza que:

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

2.3. A Lei Brasileira de Inclusão - LBI Nº 13. 146 DE 06 DE JULHO DE 2015, que estabelece assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. Esta Lei em seu Art. 3º, inciso V, preconiza que:

Art. 3. Para fins de aplicação desta Lei, consideram-se:

V – comunicação: forma de interação dos cidadão que abrange, entre outras opções, as línguas, inclusive a Língua Brasileira de Sinais (Libras), a visualização de textos, o Braille, o sistema de sinalização ou de comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos multimídia, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizados e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, incluindo as tecnologias da informação e das comunicações.

2.4. A Lei de Libras nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais como língua oficial para a comunidade Surda brasileira e o Decreto nº 5.626/05 destrincha diretrizes acerca da inclusão e acessibilidade de pessoas surdas nas mais diversas esferas sociais.

2.5. A Resolução nº 34/2013 do CONSUNI que cria o Comitê de Inclusão e Acessibilidade e estabelece a Política de Inclusão e Acessibilidade da Universidade Federal da Paraíba em sua Resolução Magna, bem como a resolução de nº 58/2016 do CONSEPE que estabelece as ações afirmativas da Universidade na Pós-graduação.

2.6. Ademais, o CIA pauta-se também no compromisso com a formação cidadã, a inclusão social, a inovação e o desenvolvimento regional e local; na oferta de ações norteadoras, interdisciplinares e metodológicas inovadoras que garantam uma aprendizagem significativa acessível e inclusiva; na formação integral do sujeito compreendendo seus aspectos afetivos, sua condição enquanto Pessoa com Deficiência, cognitivo, social e cultural; na multiplicidade de contextos e processos de aprendizagem como os que ocorrem formal e informalmente, presencialmente, à distância ou em uma combinação híbrida; na democratização do acesso ao conhecimento; e na democratização do acesso ao ensino. - preceitos estes que norteiam a Política de Inclusão e Acessibilidade da Instituição (RESOLUÇÃO Nº 16/2015 - CONSEPE).

2.7 Conforme RESOLUÇÃO Nº 16/2015 - CONSEPE, que dispõe sobre a Política de Inclusão e Acessibilidade da UFPB, a implementação prática dos princípios que embasam esta Política, em seu Título XXVIII, Capítulo I, diz:

Art. 268 São considerados estudantes com deficiência aqueles que necessitem de procedimentos ou recursos educacionais especiais decorrentes de:

I – deficiência nas áreas auditiva, visual, física, intelectual ou múltipla;

II – transtornos globais do desenvolvimento;

III – altas habilidades; ou

IV – transtornos ou dificuldades secundárias de aprendizagem. Parágrafo único. O registro das necessidades educacionais especiais do estudante é de competência do Comitê de Inclusão e Acessibilidade, através da análise de laudos emitidos por profissionais habilitados.

Art. 269 Com relação ao ensino de graduação, são assegurados aos estudantes com necessidades especiais os seguintes direitos:

I – atendimento educacional condizente com suas deficiências

II – mediadores para a compreensão da escrita e da fala nas atividades acadêmicas;

III – adaptação do material pedagógico e dos equipamentos;

IV – metodologia de ensino adaptada;

V – formas adaptadas de avaliação do rendimento acadêmico e de correção dos instrumentos de avaliação, de acordo com a NEE;

VI – tempo adicional de 50% (cinquenta por cento) para a realização das atividades de avaliação que têm duração limitada, conforme a NEE apresentada; e

VII – possibilidade de solicitação de mudança de curso, em área afim, em caso de constatação da inviabilidade da sua permanência no curso de origem, a ser analisada pela Pró-Reitoria de Graduação após parecer favorável do Comitê de Inclusão e Acessibilidade.

2.8. Os serviços de tradução e interpretação em Libras, com vistas à acessibilidade da comunidade surda e promoção da permanência e êxito de servidores e estudantes surdos da UFPB, garantem o cumprimento das políticas para a formação do estudante no âmbito da UFPB com ações compatíveis aos arranjos produtivos, sociais e culturais desta comunidade específica. Também contribui para a Política de acesso e permanência e êxito da UFPB.

2.9. No sentido de fortalecer o ensino público e de qualidade promovido pela UFPB, o aprimoramento dos processos de ensino-aprendizagem acessível se faz necessária. Isto garante:

- A democratização do acesso ao ensino, contemplando os diferentes níveis, de forma a contribuir com o acesso, a permanência e o êxito das comunidades atendidas pela Universidade, neste caso específico, a comunidade Surda;
- a produção de materiais didáticos pedagógicos para composição e organização de ambientes de ensino e aprendizagem;
- a implementação de estratégias que promovam a flexibilização e a potencialização do processo ensino-aprendizagem da pessoa Surda;
- o apoio às atividades de ensino híbridas e não presenciais compatíveis com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais;
- o apoio e o incentivo ao uso de tecnologias da informação e comunicação inovadoras relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem presencial e a distância;
- a oferta de cursos e formação continuada para servidores da rede em Libras;

2.10. Além das necessidades e objetivos listados, a aquisição da força de trabalho, auxiliará nas seguintes demandas:

- aumento expressivo de demandas que envolvem a produção de vídeos em Libras para atendimento às ações de acessibilidade ligadas ao CIA, bem como solicitadas por setores como: Gabinete-Reitoria, Coordenações de Curso, Centros, Departamentos e demais *campi*;
- aumento expressivo da necessidade de produção de materiais em vídeo para atividades didático-pedagógicas inerentes ao ensino remoto, como, por exemplo, gravação de videoaulas.
- necessidade de produção de vídeos para publicização de conteúdos institucionais em Língua Brasileira de Sinais (Libras), como a transmissão das reuniões de CONSEPE, CONSUNI (demandadas pelo Gabinete-Reitoria), informações contidas no site institucional e informações referentes aos editais de ingresso, SISU, ENEM, entre outros;
- necessidade de produção e adaptação de materiais didáticos para atendimento aos alunos surdos, nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- necessidade de ampliação da oferta de cursos de línguas adicionais;
- necessidade de produção de materiais audiovisuais para capacitação de docentes para uso de ferramentas tecnológicas em sala de aula e em atividades em ambientes virtuais, especialmente por conta dos desafios impostos pelo ensino remoto;
- possibilidade de colaboração de servidores técnico-administrativos com conhecimento técnico para realização do trabalho de edição de vídeos, a fim de não sobrecarregar o CIA – Comitê de Inclusão e Acessibilidade, o qual colabora com outras demandas e atividades quando possível por abarcar um volume de trabalho expressivo;
- possibilidade de intérpretes e docentes de Libras em se capacitarem para utilização de ferramentas necessárias, sendo assim capazes de realizarem seu trabalho de maneira mais habilidosa possível;

- Atuação em tempo real de Intérpretes de Libras em salas de aula junto ao estudante e docente surdos na mediação de conteúdos e demais atividades acadêmicas no ensino, pesquisa e extensão;
- Atuação dos Intérpretes de Libras em eventos, reuniões de colegiado, coordenação de curso e demais setores da instituição desde que haja a presença de pessoa surda;

2.11. Cumpre ressaltar que as disposições contidas na Lei nº 9.632, publicada no DOU de 08/05/98, que trata da extinção de Cargos da Administração Pública Federal prevê que a contratação das atividades correspondentes será mediante a execução indireta. O Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e Instrução Normativa nº 05/SEGES/MPDG, de 26 de maio de 2017, e alterações posteriores disciplinam a contratação e a execução indireta dos serviços terceirizados, cujas categorias profissionais não mais ingressarão na Administração Pública Federal, não compreendidas, portanto, entre as desempenhadas por categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos desta autarquia (Lei 11.091), visto que não haverá concurso público para o provimento desses cargos.

2.12. A contratação de serviços de tradutor e intérprete de Libras, tem a finalidade de dar suporte às atividades educacionais desenvolvidas nos quatro campi da UFPB. Busca-se assegurar a disponibilização de profissionais habilitados e especializados às necessidades, em todos os níveis de educação, de modo a utilizar recursos de tecnologia assistiva, como forma de ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e igualdade de ensino.

2.13. Atualmente, a instituição possui um corpo de 23 surdos ativos, o que fundamenta a necessidade de atualização do quadro de intérpretes. Na graduação, o atendimento abrange 10 acadêmicos, sendo 08 na modalidade presencial e 02 na Educação a Distância (EAD), com previsão de expansão devido à abertura de novo edital de ingresso para o segundo semestre. No âmbito da pós-graduação, a demanda compreende 05 alunos, incluindo a condição de alunos especiais, setor que também possui expectativa de novas matrículas para o próximo período letivo. Quanto ao corpo docente, a instituição dispõe de 08 professores pertencentes ao quadro (entre efetivos e substitutos) e 02 professores surdos cedidos a outras instituições, totalizando 10 docentes, incluindo ocupantes de cargos de gestão, como a Chefia do Departamento de Línguas de Sinais (DLS). Soma-se a esse cenário a existência de concurso público em andamento para o provimento de 05 novas vagas para professores de Libras. Tal panorama justifica a contratação de profissionais que, além do suporte em salas de aula, atuarão na interpretação de palestras e eventos institucionais, tradução de materiais didáticos e editais, bem como no acompanhamento de atendimentos em áreas administrativas, como secretaria e recepção, e demais situações cotidianas que exigem acessibilidade linguística plena.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Comitê de Inclusão e Acessibilidade	Rafael Paulo de Ataíde Monteiro Melo
Superintendente de Serviços Gerais	Evandro Soares Costa Filho

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Para a prestação dos serviços no âmbito do UFPB será exigido profissional ouvinte com idade mínima de 18 anos, com competência e fluência em Libras para realizar a interpretação das duas línguas (LIBRAS e Língua Portuguesa), de maneira simultânea e consecutiva; e com formação exigida para o exercício legal da profissão conforme Lei 10.436/2002, decreto 5.626/2005 e Lei 12.319/2010, **devendo se enquadrar em um dos casos a seguir:**

- Qualificação conferida por graduação em Letras/Libras Bacharelado ou Licenciatura, bem como outras licenciaturas, sendo este realizado em instituição reconhecida pelo Ministério da Educação.
- Qualificação conferida por curso técnico ou de educação profissional promovido por organização da sociedade civil representativa da comunidade surda, reconhecido (convalidado) por instituição credenciada em secretaria de educação ou por instituição credenciada em secretarias de educação (curso técnico em tradução e interpretação de LIBRAS).
- Prolibras - Exame Nacional para Certificação de Proficiência na tradução e interpretação de Libras/Português/Libras *ou curso equivalente com carga horária acima de 420h que certifica pessoas surdas ou ouvintes fluentes em Língua Brasileira de Sinais (Libras) que já concluíram o ensino superior ou o ensino médio, conferindo a este indivíduo a fluência da LIBRAS, sendo a menor formação exigida para o exercício da profissão.

5. Levantamento de Mercado

5.1. A terceirização da força de trabalho para as repartições públicas federais é possível ante a previsão expressa no Decreto n.º 9507/2018, o que é corroborado pela inexistência de quantitativo de mão de obra específica para estes serviços em quadro permanente da UFPB.

- 5.2. Ante ao exposto, no momento, não há outra forma de prestação destes serviços que não seja a terceirização. Além disso, cabe destacar que as atividades prestadas pelos trabalhadores que se pretende contratar tem como principal característica a necessidade da presença destes na instituição, sendo certo que a contratação por posto de trabalho é a que se enquadra nesta necessidade.
- 5.3. Neste sentido, a solução proposta é a contratação de empresa especializada na prestação de serviço contínuo de Tradutor e Intérprete de Libras com dedicação de mão de obra exclusiva, conforme condições, quantidade e especificações contidas neste documento.
- 5.4. Temos como exemplo o Instituto Federal da Paraíba que possui em seu quadro de terceirizados, profissionais especializados na área de Tradução e Interpretação em Libras.
- 5.5. Não há requisitos que ensejam restrição de mercado. Desta forma, a solução apresentada pode ser oferecida por diversos fornecedores, abrangendo empresas de pequeno, médio e grande porte, sem limitar a participação, conforme quadro exemplificativo abaixo:

LEVANTAMENTO DE MERCADO				
ITEM	ÓRGÃO	Nº DO PREGÃO	POSTO DE SERVIÇO	EMPRESA VENCEDORA
1	UASG 158154 INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SÃO PAULO	90222/2026	Tradutor Intérprete de Libras	WM SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA
1	UASG 153114 - UFRS- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS	90570/2025	Tradutor Intérprete de Libras	NASCIMENTO SERVICOS DE LIMPEZA LTDA
1	UASG 158719 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI	90009/2025	Tradutor Intérprete de Libras	MASTER FACILITIES LTDA
1	UASG 158135 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO PARA	90001/2026	Tradutor Intérprete de Libras	L G SERVICOS PROFISSIONAIS LTDA
2	UASG 158121 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO NORTE DE MG	90026/2024	Tradutor Intérprete de Libras	TOP GESTAO LTDA

6. Descrição da solução como um todo

- 6.1. A solução deverá estar disponível para produção em Libras de material, visando a ampliação da tradução e interpretação de web aulas e de materiais didáticos e conteúdos institucionais com tradução/interpretação em Libras.
- 6.1.1. deverá viabilizar o desenvolvimento institucional quanto à interpretação e tradução de materiais didáticos destinados à educação a distância, nos moldes pertinentes aos materiais produzidos e nos formatos de mídia compatíveis com as plataformas de vídeos e de ensino e aprendizagem onde serão disponibilizados pelo curso solicitante.
- 6.1.2 deverá viabilizar acessibilidade comunicacional e inclusão entre docentes surdos e estudantes surdos com a academia, através da interpretação em Libras simultânea, consecutiva, nas versões voz e sinalizada das aulas e conteúdos nos moldes presencial ou remoto.
- 6.1.3 mediará através da interpretação em Libras simultânea e/ou consecutiva, nas modalidades sinalizada ou de voz de reuniões, eventos, fórum, congressos produzidos pela Universidade que se façam presentes na pessoa surda.

6.1.4. dará Plantões em Libras para atendimentos emergenciais e de curta duração.

6.2. Trata-se de contratação de serviço comum nos termos do Art. 6º, inciso XIII da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, que permite a realização do certame por meio da modalidade Pregão. Os serviços possuem característica de execução contínuo e de natureza continuada.

6.3. O prazo de vigência da contratação é de 1(um) ano contado da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. Os serviços a serem executados serão contratados por meio de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, cujo critério de julgamento será o menor preço, observando os dispositivos legais, notadamente a Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O regime de execução do contrato será Contratação por Preço Global, tendo em vista a possibilidade de definir previamente, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem executados, contendo todos os elementos e informações necessárias para que os licitantes possam elaborar suas propostas de preços com total e completo conhecimento do objeto da licitação.

6.6. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, em horário e data que deverão ser combinados previamente, através do e-mail: cia@reitoria.ufpb.br.

6.7. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.7.1. Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.8. A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

6.9. Trata-se de serviço comum, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva para prestação do serviço de assistência e apoio à pessoa com deficiência (PcD) com fornecimento de mão de obra para execução das atividades de Tradutor e Intérpretes de Libras, dentro dos critérios estabelecidos para desempenho das funções, com eficiência e qualidade, com o mínimo de interferência da UFPB.

6.10. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

6.11. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6.12. A licitante deverá declarar que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. Para atender às demandas institucionais, será necessária a aquisição inicial de **25 (vinte e cinco) Intérpretes/tradutores de Libras**, sendo estes conduzidos pelo Comitê de Inclusão e Acessibilidade – CIA para os demais Campi da Universidade onde houver a presença/ingresso de estudantes surdos e/ou servidores.

7.2. As quantidades totais dos itens descritos são justificadas pela necessidade de que cada um dos 4 *campi* tenha em média mínima uma dupla e uma máxima de trio de profissionais TILS – Tradutores Intérpretes de Libras necessários para a promoção da inclusão e acessibilidade dos estudantes e servidores surdos da instituição visando a qualidade na entrega desses serviços, no que diz respeito à Tradução e Interpretação das mais diversas atividades acadêmica, bem como no cuidado da saúde destes profissionais, entregando assim um serviço qualidade, de forma independente dentro das necessidades reais da Universidade.

7.3. O quantitativo de serviço demandado pauta-se nas necessidades e áreas mais prioritárias, balizando-se adicionalmente na otimização de recursos públicos.

ITEM	DESCRIÇÃO	Unid. Medida	Quant. (Postos)
1	Tradutor / Intérprete de Libras com dedicação exclusiva em jornada de 30h semanais (CBO:2614-25). Disponibilidade manhã, tarde e noite. Alocado de acordo com a necessidade da Instituição. Campus I da UFPB (João Pessoa e Santa Rita) - (Tipo A)	Posto	13

Grupo Único	2	Tradutor / Intérprete de Libras com dedicação exclusiva em jornada de 30h semanais (CBO:2614-25). Disponibilidade tarde e noite. Alocado de acordo com a necessidade da Instituição. Campus I da UFPB (João Pessoa e Santa Rita) - (Tipo B).	Posto	04
	3	Tradutor / Intérprete de Libras com dedicação exclusiva em jornada de 30h semanais (CBO:2614-25). Disponibilidade manhã, tarde e noite. Alocado de acordo com a necessidade da Instituição. Campi II (Areia), III (Bananeiras) e IV (Rio Tinto e Mamanguape) da UFPB - (Tipo C).	Posto	08
	Total de Postos			25

8. Estimativa do Valor da Contratação

8.1. Considerando a média das pesquisas de preços praticados na Administração, para o posto de Intérprete/Tradutor de Libras, conforme quadro abaixo:

PESQUISA DOS PREÇOS PRATICADOS NA ADMINISTRAÇÃO						
ITEM	ÓRGÃO	Nº DO PREGÃO	POSTO DE SERVIÇO	EMPRESA VENCEDORA	VALOR DO POSTO	DATA DE HOMOLOGAÇÃO
1	UASG 158154 INST.FED. DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE SÃO PAULO	90222/2026	Tradutor Intérprete de Libras	WM SOLUCOES EMPRESARIAIS LTDA	R\$ 8.929,66	09/03/2026
1	UASG 153114 - UFRS- UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS	90570/2025	Tradutor Intérprete de Libras	NASCIMENTO SERVICOS DE LIMPEZA LTDA	R\$ 6.916,45	19/03/2026
1	UASG 158719 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI	90009/2025	Tradutor Intérprete de Libras	MASTER FACILITIES LTDA	R\$ 9.333,25	21/11/2025
1	UASG 158135 - INST.FED. DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO PARA	90001/2026	Tradutor Intérprete de Libras	L G SERVICOS PROFISSIONAIS LTDA	R\$ 8.100,00	20/02/2026
2	UASG 158121 - INST.FED. DE EDUC.,CIÊNC.E TEC. DO NORTE DE MG	90026 /2024	Tradutor Intérprete de Libras	TOP GESTAO LTDA	R\$ 7.351,33	09/04/2025
MÉDIA DOS PREÇOS PRATICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO					R\$ 8.126,14	

8.2. E, considerando que não existe no Estado da Paraíba Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho que contemple o Cargo de Tradutor e Intérprete de Libras.

8.3.1. Para composição da planilha de custos e formação de preços foi utilizado o piso salarial constante no site da Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores e Intérprete e Guia-Intérpretes de Língua de Sinais - FEBRAPILS (<https://febrapils.org.br/lista-de-referencia-de-honorarios/>), para o nível Superior, Tecnológico e Especialização.

8.3.3. Para composição do lucros e custos indiretos, foram analisadas e utilizadas as contratações homologadas pelo portal de compras governamentais.

8.4. Como a FEBRAPILS não apresentou referência de salário para o nível superior com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, o cálculo do salário foi feito com a proporção em relação de 20 horas para o nível Superior, Tecnológico e Especialização, conforme demonstrativo abaixo:

Salário (20 horas semanais): R\$ 2.630,40
Salário (30 horas semanais): $R\$ 2.630,40/100 \times 150 = R\$ 3.945,60$

SERVIÇO	VALOR	CARGA HORÁRIA SEMANAL	CARGA HORÁRIA MENSAL
Superior, Tecnológica e Especialização	R\$ 3.945,60	30 horas	150 horas

8.5. Os valores mencionados no item e subitem acima não são de utilização obrigatória pelos licitantes (Instrução Normativa nº 05/2017), no entanto, é de extrema importância a composição dos custos dos salários e benefícios para esta contratação, por se tratar de **CATEGORIA PROFISSIONAL DIFERENCIADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO EM INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR**, sabendo-se que sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante.

8.6. E, considerando a jurisprudência da Justiça do Trabalho:

EMENTA: ENQUADRAMENTO SINDICAL. NORMA APLICÁVEL. ABRANGÊNCIA TERRITORIAL. O enquadramento sindical dos empregados há de ser feito de acordo com a atividade preponderante de seu empregador, salvo quando as funções desenvolvidas pelo trabalhador se inserem nas categorias diferenciadas e, em razão do princípio da territorialidade, o local da prestação de serviços define a aplicação da norma convencional, uma vez que a negociação efetivada espelha as condições de trabalho verificadas em determinada região (TRT 1ª Região; Processo nº PJe: 0100994-36.2017.5.01.0471 (RO); Órgão Julgador: 3ª Turma; Relator: Carina Rodrigues Bicalho; Data de Publicação: 11.04.2018).

EMENTA: ENQUADRAMENTO SINDICAL. O enquadramento sindical não depende da vontade da parte, que se assim lhe fosse permitido escolheria a convenção coletiva que mais lhe trouxesse benefícios. No sistema normativo brasileiro o enquadramento sindical do empregado observa, em regra, a base territorial da prestação dos serviços, e a atividade preponderante do empregador, salvo nos casos de categoria diferenciada (§3º, do artigo, 511 da CLT). O empregado na atividade tida como diferenciada só terá direito às conquistas da categoria na hipótese de participação da empregadora, diretamente ou através do Sindicato que a representa, nas negociações coletivas, nos termos da Súmula 374 do TST (TRT da 3ª Região; Processo nº PJe: 0010459-13.2018.5.03.0102 (RO); Órgão Julgador: 9ª Turma; Relator: João Bosco Pinto Lara; Disponibilização: 30.09.2019).

8.7. O enquadramento do sindicato dos empregados se dará em relação ao **sindicato da categoria preponderante da empresa**, devendo esta aplicar aos seus trabalhadores as cláusulas da CCT da **base territorial da cidade ou região da prestação dos serviços**, salvo o empregado na atividade tida como diferenciada que só terá direito às conquistas da categoria na hipótese de participação da empregadora, diretamente ou através do Sindicato que a representa, nas negociações coletivas.

8.8. O serviço será executado mediante posto de trabalho, conforme excepcionalidade prevista na alínea "d.1.2.", do subitem 2.6. do Anexo V, da IN MPDG 05/2017, devido a inviabilidade de adoção de critério objetivo, com ferramenta informatizada para a verificação de resultados. No entanto, serão adotados critérios mínimos de qualidade, pagamento por Conta Vinculada, exigência de garantia, sanções, fiscalização ativa e demais instrumentos como critérios de aferição dos resultados almejados.

8.9. A contratação de que se trata fora estimada em **R\$ 2.452.693,68 (Dois milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, seiscentos e noventa e três reais e sessenta e oito centavos)**, em conformidade com a tabela a seguir apresentada e com os documentos que lhe dão suporte anexo deste Estudo Técnico Preliminar.

8.9.1. Cabe salientar que os valores dos postos de serviços de Intérprete/Tradutor de Libras nas planilhas de custos e formação de preços elaboradas para esta contratação são compatíveis com os valores dos postos de serviços das pesquisas de preços praticados pela Administração, conforme mencionado no quadro acima:

GRUPO ÚNICO							
ITEM	CATSER	ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MENSAL MÁXIMO ESTIMADO	VALOR ANUAL MÁXIMO ESTIMADO
1	12637	Tradutor / Intérprete de Libras com dedicação exclusiva em jornada de 30h semanais (CBO:2614-25). Disponibilidade manhã, tarde e noite. Alocado de acordo com a necessidade da Instituição. Campus I da UFPB (João Pessoa e Santa Rita) - (Tipo A).(*)	Posto	13	R\$ 8.133,42	R\$ 105.734,46	R\$ 1.268.813,52
2	12637	Tradutor / Intérprete de Libras com dedicação exclusiva em jornada de 30h semanais (CBO:2614-25). Disponibilidade tarde e noite. Alocado de acordo com a necessidade da Instituição. Campus I da UFPB (João Pessoa e Santa Rita) - (Tipo B).(**)	Posto	4	R\$ 8.404,49	R\$ 33.617,96	R\$ 403.415,52
3	12637	Tradutor / Intérprete de Libras com dedicação exclusiva em jornada de 30h semanais (CBO:2614-25). Disponibilidade manhã, tarde e noite. Alocado de acordo com a necessidade da Instituição. Campi II (Areia), III (Bananeiras) e IV (Rio Tinto e Mamanguape) da UFPB - (Tipo C).	Posto	8	R\$ 8.129,84	R\$ 65.038,72	R\$ 780.464,64
TOTAL ESTIMADO DO GRUPO				25	R\$ 24.667,75	R\$ 204.391,14	R\$ 2.452.693,68

(*)Incidência do valor de vale transporte, conforme planilha de formação de custos anexa a este documento.

(**)Incidência do valor de adicional noturno, conforme planilha de formação de custos anexa a este documento.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Conforme a Súmula n.º247 do Tribunal de Contas da União (TCU),

É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

9.2. No entanto, entende-se inviável o parcelamento da solução tendo em vista a característica da solução encontrada. Desta forma, a licitação deverá ser realizada em grupo único com vistas a possibilitar o ganho em escala, bem como facilitar a gestão e fiscalização da execução do contrato estabelecido com empresa especializada na prestação de serviço contínuo de Tradutor e Intérprete de Libras com dedicação de mão de obra exclusiva.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes em execução ou futuras para atendimento da necessidade levantada neste ETP.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A aquisição da força de trabalho listado no item 5 do estudo técnico preliminar está alinhada aos objetivos e cumprimentos da Política de Inclusão e Acessibilidade da instituição - PDI da Instituição (UFPB) - 2024 - 2028, bem como a legislação vigente do Governo brasileiro através da LBI Nº 13.146/15; Lei Nº 9.394/1996, no Art. 59; a Lei Nº 12.711/2012; a Lei Nº 12.764/2012; a Lei Nº 13.409/2016, bem como o Decreto no 3.298/1999; o Decreto Nº 5.296/2004, o Decreto Nº 7.824/2012, o Decreto Nº 9.034/2017, o Decreto Nº 5.629/05, e em consonância com Plano Anual de Contratação 2026, vigente no presente ano.

12. Resultados Pretendidos

12.1 Pretende-se com a aquisição da força de trabalho descritos no item 5 fortalecer a política institucional, contemplando a diversidade e a inclusão em todas as suas nuances e promovendo a acessibilidade comunicacional aos conteúdos da Institucionais, assim como previsto na Resolução Institucional nº 16/2014 do CONSEPE, Resolução nº 34/2013 e Resolução nº 58/2016

12.2 Além do exposto, a contratação da força de trabalho proposto neste estudo facilitará cumprimento do que estabelece a legislação vigente da Inclusão e acessibilidade, bem como do acesso aos conteúdos em Libras por parte dos estudantes e servidores Surdos, dos recursos audiovisuais por parte dos servidores da UFPB de forma concreta, permitindo capacitação a qualquer tempo, fortalecendo, assim, a política de promover acessibilidade aos conteúdos institucionais e a educação no Ensino Superior.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Possivelmente serão necessárias adequações e capacitações/treinamentos que, por ventura, se fizerem necessários para entendimento dos serviços a serem prestados por servidores da UFPB com conhecimento técnico para tal, mediante avaliação de demanda.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A contratação de serviços de intérprete/tradutor de Língua Brasileira de Sinais – Libras apresenta, em regra, reduzido impacto ambiental direto, tendo em vista a natureza essencialmente intelectual da atividade. Contudo, podem ser identificados os seguintes impactos ambientais indiretos:

- a) **Deslocamento de profissionais:** emissão de gases de efeito estufa decorrente do transporte dos intérpretes até os locais de prestação do serviço;
- b) **Consumo de energia elétrica:** utilização de equipamentos eletrônicos (computadores, iluminação, sistemas de transmissão em eventos remotos ou híbridos);
- c) **Geração de resíduos sólidos:** eventual uso de materiais de apoio, como papéis, copos descartáveis e embalagens;
- d) **Uso de recursos materiais:** fornecimento de uniformes e outros itens necessários à execução contratual, com impactos relacionados à cadeia produtiva têxtil.

14.2 Diante disso, recomenda-se a adoção das seguintes medidas mitigadoras:

- I – incentivo ao uso de meios de transporte coletivo ou sustentável;
- II – adoção de práticas de consumo consciente de energia elétrica e utilização de equipamentos com maior eficiência energética;
- III – redução do uso de materiais descartáveis, com incentivo à utilização de itens reutilizáveis;

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1 A Equipe de Planejamento da Contratação, com base nos estudos técnicos realizados no âmbito do Estudo Técnico Preliminar, conclui pela viabilidade da contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio administrativo de Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais – Libras.

15.2 A contratação mostra-se adequada e necessária para o atendimento das demandas institucionais dos 4 (quatro) campi da Universidade Federal da Paraíba, assegurando a promoção da acessibilidade comunicacional e a inclusão de pessoas com deficiência auditiva, em conformidade com a legislação vigente e os princípios da Administração Pública.

15.3 Ademais, verifica-se que a solução proposta é tecnicamente exequível, economicamente vantajosa e alinhada ao interesse público, considerando a disponibilidade de fornecedores no mercado, a compatibilidade dos custos estimados com os preços praticados e a possibilidade de adequada execução contratual.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ALESSANDRO TARDELY ALCANTARA DE OLIVEIRA

Assistente em Administração

BRUNO CARVALHO DE BRITO

Administrador



Assinou eletronicamente em 05/05/2026 às 15:04:35.

EVANDRO SOARES COSTA FILHO

Superintendente

JOELMA CAVALCANTE SOARES

Tecnólogo Formação - Gestão Pública

Emitido em 18/05/2026

DOCUMENTO COMPROBATÓRIO (ANEXO) Nº 1/2026 - SSG - GPASG (11.00.46.64)
(Nº do Documento: 6)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 18/05/2026 15:16)
EVANDRO SOARES COSTA FILHO
SUPERINTENDENTE
1760967

(Assinado digitalmente em 18/05/2026 15:11)
JOELMA CAVALCANTE SOARES
ASSESSOR(A)
1191587

(Assinado digitalmente em 18/05/2026 15:13)
BRUNO CARVALHO DE BRITO
ADMINISTRADOR
1426500

(Assinado digitalmente em 18/05/2026 15:21)
ALESSANDRO TARDELY ALCANTARA DE OLIVEIRA
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO
3384247

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: **6**, ano: **2026**, documento (espécie): **DOCUMENTO COMPROBATÓRIO (ANEXO)**, data de emissão: **18/05/2026** e o código de verificação: **f9c8fdbb4e**